



# RAZÕES QUE INFLUENCIARAM NA LONGEVIDADE DO HOSPITAL COLÔNIA DE BARBACENA

## RAZONES QUE INFLUENCIARON EN LA LONGEVIDAD DEL HOSPITAL COLONIA DE BARBACENA

### REASONS THAT INFLUENCED THE LONGEVITY OF HOSPITAL COLÔNIA DE BARBACENA

Laura Reichert Dalcin<sup>1</sup>  
Catharina Prado de Oliveira<sup>2</sup>  
Enzo Garcia Simões<sup>3</sup>  
Fernanda Albarez Mourão<sup>4</sup>  
Jade Santos França<sup>5</sup>

---

**RESUMO:** Por meio de uma pesquisa documental buscou-se neste estudo apresentar e documentar as razões e motivações que levaram à longevidade do Hospital Colônia de Barbacena, uma das instituições psiquiátricas mais emblemáticas e controversas do Brasil que esteve em funcionamento por mais de nove décadas no século XX. As principais fontes que subsidiaram a pesquisa foram o livro Holocausto Brasileiro, escrito por Daniela Arbex (2013), e o documentário homônimo, dirigido por Daniela Arbex e Armando Mendz (2016), ambos fundamentais para a compreensão crítica do contexto de funcionamento da instituição. Os resultados obtidos revelam que a negligência estatal com pessoas em sofrimento mental, o estigma social em torno da saúde mental e a instrumentalização das instituições psiquiátricas como ferramentas de manobra política foram fatores determinantes para as graves violações de direitos humanos que marcaram a história do hospital. Tais elementos não apenas exerceram inúmeras práticas de violação dos direitos humanos, mas também contribuíram para a construção e manutenção de uma cultura manicomial. O estudo reforça, por meio de uma pesquisa documental qualitativa, a importância da memória histórica e da crítica à lógica manicomial como parte fundamental da luta por uma política pública de saúde mental ética e humanizada, e que tenha como princípio fundamental o cuidado em liberdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Internação de Pessoas com Transtornos Psiquiátricos; Preconceito; Desumanização; Reforma Psiquiátrica; Psicologia.

**RESUMEN:** A través de una investigación documental, este estudio buscó presentar y documentar las razones y motivaciones que llevaron a la longevidad del Hospital Colônia de Barbacena, una de las instituciones psiquiátricas más emblemáticas y controvertidas de Brasil que estuvo en funcionamiento durante más de nueve décadas en el siglo XX. Las principales fuentes que sustentaron la investigación fueron el libro Holocausto Brasileño, escrito por Daniela Arbex (2013), y el documental homónimo, dirigido por Daniela Arbex y Armando Mendz (2016), ambos fundamentales para una comprensión crítica del contexto de funcionamiento de la institución. Los resultados obtenidos revelan que la negligencia estatal hacia las personas con sufrimiento mental, el estigma social en torno a la salud mental y la instrumentalización de las instituciones psiquiátricas como herramientas de manipulación política fueron factores determinantes en las graves violaciones de derechos humanos que marcaron la historia del hospital. Tales elementos no solo promovieron innumerables prácticas de violación de los derechos humanos, sino que también contribuyeron a la construcción y mantenimiento de una cultura manicomial. El estudio refuerza, mediante una investigación documental cualitativa, la importancia de la memoria histórica y la crítica a la lógica manicomial como parte fundamental de la lucha por una política pública de salud mental ética y humanizada, que tenga como principio fundamental el cuidado en libertad.

---

1 Professora da PUC Minas. Mestre em Psicologia pela PUC Minas. Especialista em Saúde Mental pelo Grupo Hospitalar Conceição-RS. lauradalcin9@gmail.com

2 Estudante de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. catharinaprado.psicologia@gmail.com

3 Estudante de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. enzogarciasimoes3@gmail.com

4 Estudante de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. fernandalbarez@gmail.com

5 Estudante de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Jadeestudos@gmail.com

**PALABRAS CLAVE:** Internación de Personas con Trastornos Psiquiátricos; Prejuicio; Deshumanización; Reforma Psiquiátrica; Psicología.

**ABSTRACT:** Through documentary research, this study aimed to present and document the reasons and motivations behind the longevity of the Hospital Colônia de Barbacena, one of Brazil's most emblematic and controversial psychiatric institutions which was in operation for more than nine decades in the 20th century. The main sources that supported the research were the book *Brazilian Holocaust*, written by Daniela Arbex (2013), and the documentary of the same name, directed by Daniela Arbex and Armando Mendz (2016), both essential for a critical understanding of the institution's operational context. The results reveal that state neglect of people in mental distress, the social stigma surrounding mental health, and the use of psychiatric institutions as tools of political manipulation were decisive factors in the serious human rights violations that marked the hospital's history. These elements not only enabled countless human rights abuses but also contributed to the construction and perpetuation of an asylum-based culture. The study reinforces, through a qualitative documentary research, the importance of historical memory and criticism of the asylum logic as a fundamental part of the fight for an ethical and humanized public mental health policy, grounded in the principle of care in freedom.

**KEYWORDS:** Hospitalization of People with Psychiatric Disorders; Prejudice; Dehumanization; Psychiatric Reform; Psychology.

---

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se das razões que influenciaram na longevidade do Hospital Colônia de Barbacena. Busca-se compreender os motivos que levaram a durabilidade das práticas do hospital mineiro que favoreciam a marginalização, isolamento e a negligência dos doentes mentais. Como obra base deste artigo utilizamos o livro “O Holocausto Brasileiro” (2013) escrito pela jornalista brasileira Daniela Arbex, obra que perpassa a história do Hospital Colônia de Barbacena e retrata como este local tornou-se notório pelos abusos físicos e psicológicos praticados contra os pacientes, muitos dos quais foram internados sem algum critério clínico, simplesmente por serem considerados indesejáveis ou excluídos pela sociedade da época.

Michel Foucault em seu livro, *História da Loucura na Idade Clássica* (Foucault, 1961), demonstra que a loucura, não é apenas um fenômeno natural, mas um objeto constituído histórica e socialmente pelas relações de saber e poder que se consolidam a partir do século XVIII. Ao analisar o processo de institucionalização da loucura, o autor evidencia como os chamados “loucos” passam a ser agrupados junto a outros sujeitos considerados desviantes socialmente, como alcoolistas e delinquentes, assim não havendo espaço para seu tratamento, mas para o seu controle e dominação. Ao relacionar essa leitura com contribuições de Achille Mbembe (Mbembe, 2018), sobre a necropolítica, é possível evidenciar semelhanças em alguns pontos centrais entre as obras, ambos autores denunciam como determinados regimes de poder definem quais vidas são consideradas legitimamente vivíveis e quais podem ser segregadas, descartadas ou decretadas à morte. Assim, evidencia-se que o tratamento dispensado aos “loucos” na época não se sustenta apenas como prática médica, mas como expressão de um

dispositivo político que seleciona, administra e controla vidas segundo critérios de utilidade e padronização social.

O Hospital Colônia de Barbacena, inaugurado em 1903 (Fhemig, 2020), tornou-se um símbolo da medicina punitiva e do tratamento nocivo direcionado aos seus pacientes, refletindo um modelo social profundamente preconceituoso que buscava excluir aqueles que não correspondiam aos padrões de “normalidade” da época. Ao visitar o Hospital Colônia de Barbacena, o psiquiatra italiano Franco Basaglia comparou a realidade vivida pelos pacientes à “campos de concentração” (Fiocruz, 1979), uma comparação que evidencia a gravidade das violações ali presentes. Sua observação reforça a crítica às condições degradantes, desumanizadoras e, muitas vezes, letais a que os internos eram submetidos, revelando que o hospital funcionava não como um espaço de cuidado, e sim como um dispositivo de exclusão social e produção de morte. Nesse contexto, o estigma higienista acerca dos transtornos mentais, ainda amplamente disseminado no século XX, legitimava tanto as práticas adotadas quanto com a própria existência do Hospital, uma vez que a loucura era considerada um sinal de incapacidade e um desafio à ordem social em si.

Apesar dos avanços nos saberes, nas práticas médicas e na ética dos tratamentos de pacientes com transtornos mentais em comparação com o século XX, os estigmas, influências e algumas práticas das antigas políticas higienistas ainda perduram na sociedade atual. Denise Jodelet, em seu livro *Loucuras e Representações Sociais*, argumenta que a inclusão de pessoas em sofrimento psíquico no meio social é frequentemente prejudicada pela tendência de evitar o contato com pessoas neurodivergentes, sobretudo quando em grande número (Jodelet, 2005).

Este estudo surge na necessidade de registrar a memória da tragédia ocorrida em Barbacena, Minas Gerais, de modo que não se repitam os erros e violências ocorridas no passado. De forma indireta, este estudo contribui para combater crenças capacitistas em relação aos portadores de sofrimento mental, que no passado legitimaram as internações manicomiais, assim como dificultar possíveis retrocessos nos tratamentos oferecidos atualmente. Logo, através de um viés antimanicomial, buscamos por intermédio deste projeto, compreender e documentar as razões e motivações que levaram à longevidade do Hospital Colônia de Barbacena.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com o objetivo de compreender, de forma aprofundada e crítica, os impactos e as relações sociais,

políticas e históricas que circunscrevem o tema estudado. Para tanto, foi empregada a pesquisa documental, que consiste na análise sistemática e interpretativa de documentos, sejam eles contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente relevantes. Tal estratégia metodológica caracteriza-se como uma “fonte rica e estável de dados” (Pádua, 1997, p. 62; GIL, 2002, p. 62-63), permitindo a exploração detalhada e a contextualização das informações analisadas, bem como sua contextualização histórica e política.

A adoção de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, justifica-se pela necessidade de compreender criticamente as dimensões sociais, históricas e políticas que estruturam o fenômeno estudado. Por tratar-se de um tema complexo, marcado por relações de poder, violências institucionais e construções sociais sobre a loucura, a pesquisa qualitativa oferece os meios adequados para interpretar sentidos, identificar discursos e contextualizar práticas.

As principais fontes que subsidiaram a pesquisa foram o livro *Holocausto Brasileiro*, escrito por Daniela Arbex (2013), e o documentário homônimo, dirigido por Daniela Arbex e Armando Mendz (2016). A escolha dessas obras se deu por sua relevância e impacto na denúncia das condições degradantes a que foram submetidos os pacientes do Hospital Colônia de Barbacena, bem como por trazerem relatos e imagens que são fundamentais para a compreensão do tema.

O processo analítico teve início com a leitura integral do livro, e a visualização completa do documentário, de modo a construir uma compreensão global de ambas as narrativas, evidências e argumentos antes de qualquer etapa interpretativa. Em seguida, realizou-se uma releitura cuidadosa do material, acompanhada da extração manual de passagens consideradas relevantes para a discussão, sempre registradas com indicação da página ou do tempo exato da obra documentativa. Esse procedimento incluiu a transcrição de trechos, a anotação de cenas significativas, relatos, dados históricos, bem como observações descritivas sobre o contexto das situações narradas. Após esse levantamento inicial, as passagens e notas foram organizadas e agrupadas em categorias temáticas que permitiram organizar e interpretar os dados coletados, a saber: Contexto histórico: o cenário da loucura, análise do momento histórico e da construção social da loucura que legitimou as práticas institucionais, interrogando quais eventos sociais, discursos e dispositivos institucionais contribuíram para consolidaram essa construção; Cenário e interesses políticos da época, exame das relações entre as políticas públicas, os poderes locais e nacionais e a manutenção do Hospital Colônia, buscando identificar como a política higienista se articulou com coronéis, autoridades locais e a economia regional para sustentar aquela instituição; Vozes e experiências de Barbacena: as vidas impactadas pelo hospital, destaque

para os testemunhos, as narrativas e os impactos individuais e coletivos relatados por sobreviventes e suas famílias, analisando-se quais as vozes eram privilegiadas nas fontes (sobreviventes, familiares, funcionários, agentes públicos) e que tipo de relatos ou silenciamentos emergiam desses depoimentos. A partir desse agrupamento, procedeu-se à elaboração de uma síntese temática que permitiu interpretar criticamente as informações, articulando-as com os conceitos foucaultianos sobre a loucura e com as críticas institucionais formuladas por Basaglia.

Além da análise do livro e do documentário, foram incorporadas outras referências bibliográficas e documentais pertinentes, como artigos acadêmicos, relatórios institucionais e textos jornalísticos, que serviram para complementar a discussão e preencher lacunas que as obras principais não abordam em profundidade. Por fim, trechos selecionados do documentário foram utilizados como apoio narrativo para ilustrar episódios marcantes e reforçar a análise qualitativa, permitindo que os dados empíricos e os discursos analisados fossem melhor contextualizados e interpretados. Dessa forma, a metodologia empregada contribuiu para o alcance de uma compreensão mais ampla e crítica do fenômeno estudado.

### **3 CONTEXTO HISTÓRICO: O CENÁRIO DA LOUCURA.**

De acordo com o livro de Daniela Arbex, até a abertura do Hospital Colônia de Barbacena o destino dos chamados loucos de Minas Gerais eram as cadeias públicas ou as Santas Casas de Misericórdia. Entre 1903 e 1980, com o seu pleno funcionamento e com o apoio da Igreja Católica, o Hospital Colônia passou a ser reconhecido como o maior hospício do território brasileiro durante seus anos de atividade. O local foi construído em Barbacena como prêmio de consolação, após a cidade perder a disputa com Belo Horizonte para ser a capital de Minas Gerais.

Marcada por grandes desigualdades sociais e falta de entendimento sobre doenças mentais, o hospital de Barbacena representava certa ideia de ordem para a sociedade da época, dominada por coronéis e latifundiários. Responsável pela política higienista, o local configurava-se como espaço de despejo de pessoas indesejadas e consideradas como desafio às ordens sociais vigentes, ou seja, aqueles que representavam certa distância em relação ao “normal” do século XIX. Nessa época, a submissão e exclusão do louco ainda era vista como método de “tratamento”, medidas físicas e punitivas eram incluídas como principais meios de correção daqueles vistos como anormais.

Daniela Arbex ao analisar a construção das leis e normas sociais vigentes no período anterior e contemporâneo ao funcionamento do Hospital, delineou as datas e as maneiras pelas quais a loucura foi concebida. No entanto, o livro não aborda informações mais específicas sobre a forma como a loucura era compreendida pelo Estado em cada período histórico. Dessa forma, os autores Sampaio, M. L., & Bispo Júnior, J. P. (2020) complementam que durante os séculos XIX e XX, a institucionalização da saúde mental foi moldada por perspectivas higienistas, que promoveram uma distinção entre a assistência médica destinada à população em geral e o tratamento de indivíduos considerados desviantes ou excluídos da sociedade, caracterizando-se pelo encarceramento dos mesmos. Entre 1964 e 1978, com a privatização dos serviços de saúde mental e a crescente mercantilização desse fenômeno, os hospitais psiquiátricos tornaram-se cada vez mais superlotados, sem que houvesse uma exigência mínima de qualidade nos serviços ou no tratamento oferecido aos pacientes.

No livro também é possível entender como os residentes chegavam até o hospital. A maioria chegava por meio de trem, tendo como última parada a estação Bias Fortes. A maneira em que chegavam era semelhante à forma em que os judeus eram levados aos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Um fato marcante é que graças a este tipo de tratamento, a expressão “trem de doido” foi consolidada e permanece até hoje. Esses trens vinham lotados, sem qualquer conforto, muitos pacientes amarrados ou em condições de extrema fragilidade física. A chegada por si só, já fazia parte da rotina institucional, a ponto de um funcionário anunciar de forma naturalizada, “Está chegando mais um trem de doido – gritou um funcionário do hospital” (Arbex, 2013, p.28). Relatos de trabalhadores da ferrovia e do próprio Colônia reforçam que, nesses vagões, eram transportadas pessoas sem diagnóstico adequado, frequentemente enviadas por motivos banais ou arbitrários, o que denunciava o caráter impessoal e desumanizador do processo. Muitos ferroviários afirmavam que os vagões chegavam abarrotados, com indivíduos desorientados, sujos, sem acompanhantes e, por vezes, incapazes de compreender o motivo de estarem ali. Do lado do Colônia, ex enfermeiros relatam que, ao ouvir o apito do trem, já se preparavam para receber grupos inteiros, tratando a chegada como um procedimento administrativo corriqueiro. Assim, o “trem de doido” tornava-se um símbolo de um sistema institucional que operava a partir de uma lógica excludente e desumanizadora, reduzindo vidas a fluxos de entrada que precisavam ser contidos, distribuídos e disciplinados. Além desta via, chegavam a Barbacena pessoas de vários cantos do Brasil enviadas por meio de ônibus ou em viaturas policiais, muitas vezes com requisições assinadas por delegados.

Com o passar do tempo, especialmente em 1914, registros de condições inadequadas eram constantemente direcionados ao Hospital de Barbacena. Fato este que curiosamente não impedia as várias liberações de créditos aprovados pela Assembleia Legislativa da época, o que demonstrava cada vez mais que a construção do local atendia, na verdade, interesses políticos para impulsionar ainda mais a economia local e não a busca por um local devidamente especializado para o tratamento de doentes mentais.

O genocídio relatado pela jornalista Daniela Arbex na obra analisada configura-se como um crime perpetrado por todo o sistema do Estado brasileiro, tendo sido assistido por médicos, funcionários e, também, pela sociedade. É fundamental destacar que nenhuma violação dos direitos básicos pode perdurar por tantos anos com nosso consentimento, especialmente uma tão grave quanto a ocorrida no Hospital Colônia de Barbacena.

É importante destacar que o Brasil, naquela época, permitia e condizia com o tipo de tratamento dispensado aos residentes do hospital, afinal a medicina brasileira, historicamente, trabalhava com prática de encarceramento em relação a pessoas com transtornos mentais. Mesmo após o país ter vivido um cenário análogo ao holocausto nazista, foram necessários 21 anos após o fechamento do hospital e a divulgação das atrocidades cometidas para que fosse finalmente aprovada uma lei que protegesse os direitos das pessoas com doenças mentais. Daniela destaca que apenas em 2001, com a aprovação da Lei Federal o país dá atenção legal à saúde mental, aberta e de base comunitária. A aprovação da Lei Federal 10.216 foi extremamente demorada, o projeto passou 12 anos em tramitação no Legislativo brasileiro, sendo rejeitado em 1995, por 18 dos 22 votos à proposta. Entretanto, a autora comenta que críticos do projeto afirmam que a Lei provocou a desospitalização em massa, por não ter proposto maneiras e mecanismos para a instituição de redes que suprissem a demanda após o fechamento dos manicômios, provocando sobrecarga de outros sistemas da saúde que não estavam preparados. Já para os defensores da reforma, a lei permitiu um novo início e a reorganização do segmento.

O Hospital Colônia de Barbacena funcionou por 77 anos desenvolvendo práticas higienistas e excludentes. O hospital, que deveria ser um ambiente seguro e de cuidado, demonstrou-se uma grande jogada de interesse político que mesmo após inúmeras denúncias permaneceu aberto por anos com financiamento do próprio Estado Brasileiro. No livro, a autora destaca que o Brasil, após praticamente um século do início das atividades do hospital, aprovou a reforma psiquiátrica que busca garantir os direitos, a dignidade, a inclusão social e a oferta de tratamentos baseados no convívio com a comunidade e a participação familiar.

### 3.1 Cenário e interesses políticos da época

No livro de Daniela Arbex, a autora examina as instituições e figuras de autoridade que influenciaram para a longevidade do Hospital Colônia de Barbacena. Em sua análise, a jornalista sustenta que as internações naquele contexto eram predominantemente motivadas por questões políticas, mais do que pela necessidade de assistência psiquiátrica. Conforme já discutido, o afastamento dos padrões de "normalidade" vigentes à época, assim como a percepção de que tais pessoas representavam uma ameaça à ordem social, resultava em internações arbitrárias. Esses processos estavam fundamentados nos princípios da política higienista predominante naquele período.

A fim de explorar mais o cenário político da época, outros artigos foram usados para esse estudo. Dessa forma, o autor Olegário da Costa Maya Neto (Neto, 2018), constrói uma linha do tempo do isolamento da loucura no Brasil. De acordo com Neto, tal fenômeno de exclusão teve seu início com a construção do primeiro leprosário pela Irmandade de Nossa Senhora de Candelária em 1737, cuja permanência dos pacientes não era caracterizada pela busca à saúde, mas sim pelo descarte de doentes a fim de, como percebido na situação do Hospital Colônia, “proteger” a sociedade deles. Além disso, durante o governo de Getúlio Vargas, diversos asilos-colônias foram construídos no Brasil, um deles sendo o Hospital Colônia de Barbacena.

Neto também argumenta que o afastamento e exclusão de pessoas com lepra da sociedade ajudou na criação de um estigma social em relação às pessoas com essa doença e, posteriormente, com as pessoas que possuíam transtornos mentais. O autor cita que o hospício D. Pedro II, inaugurado em 1852, foi a primeira institucionalização de doentes mentais, sendo seguido por diversos outros Hospitais Psiquiátricos.

Daniela Arbex, cita em sua narrativa, a dominância de coronéis e latifundiários no contexto social e na política brasileira. Conforme escrito pela jornalista, o Hospital Colônia teve a função de “atender a interesses políticos, impulsionando a economia local”, representando apoio à cidade que havia perdido a disputa para se tornar capital do estado. Dessa forma, os cidadãos de Barbacena eram empregados na instituição sem nenhuma exigência de qualificação na área e a recomendação de um político garantia o emprego, o que explica a carência de médicos na instituição. Ademais, os coronéis e políticos da época usavam o Hospital como curral eleitoral já que os barbacenenses, de acordo com a autora, “trocavam postos de trabalho por votos” (2013, p.28).

Entre as passagens do livro que descrevem a chegada dos pacientes ao hospital, surge um novo “personagem”: um dos responsáveis descritos pela autora por encaminhar esses indivíduos para a internação. Um exemplo marcante é o de uma jovem, rejeitada aos onze anos por conta de uma travessura nas ruas de Belo Horizonte, que foi levada ao hospital pela polícia, forte figura de respeito e autoridade da época.

A situação de negligência, agressão e invisibilidade vivenciadas pelos pacientes do Hospital era sustentada por diversas Instituições e figuras de poder de Minas Gerais e do Brasil como um todo. Muitos que, de alguma forma, questionavam as práticas e o funcionamento do hospital sentiam-se impotentes diante dessa tradicional instituição, que, com o apoio da Igreja Católica, manteve suas atividades desde 1903. Arbex cita que a Assembleia Legislativa aprovava “liberações e suplementos de créditos” (2013, p.30) ao Hospital. Ademais, cerca de vinte e oito presidentes estiveram no poder durante a história do Colônia, dentre eles, Jânio Quadros movimentou o maquinário estatal para reduzir a assistência direcionada aos pacientes de hospitais psiquiátricos. Assim, dez anos após, deputados de Minas Gerais organizaram comitês para discutir o contexto vivenciado, porém, não obtiveram resultados em cessar abusos e negligências vividas.

Apesar de serem considerados incapazes de viver em sociedade, diversos pacientes do Colônia ainda foram escravizados, sendo obrigados a trabalhar sem remuneração em construções de diretores e administradores da Instituição que os aprisionava. Outrossim, os alimentos que sustentavam o Colônia eram fruto da mão de obra dos pacientes em plantações, além de outros produtos que eram produzidos pelos próprios residentes.

Outro aspecto abordado por Arbex é a venda de cadáveres dos pacientes que faleceram dentro do hospital e tiveram seus corpos comercializados para as Universidades e Faculdades de Medicina do Brasil. Entre os anos de 1969 e 1980, foram registrados a venda de 1853 corpos de pacientes do hospital para dezessete faculdades de medicina do país, sem que houvesse qualquer recriminação ou questionamento, além de os familiares das pessoas cujos corpos foram vendidos, nunca autorizaram a venda de seus entes. Entre as universidades, encontraram-se a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), responsável por comprar 543 cadáveres do Colônia e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que adquiriu 67 corpos. De acordo com a autora, “a venda de cadáveres atingiu quase R\$600 mil, fora o valor faturado com o comércio de ossos e órgãos” (2013, p.69).

Os corpos das vítimas que não eram comercializados para as faculdades eram decompostos em ácido, na frente dos pacientes, dentro de tonéis que ficavam no pátio do Colônia. Esses fatos revelam como essas pessoas foram muitas vezes tratadas como mercadoria

e desumanizadas pelo hospital e pela sociedade, que as consideravam indignas de uma vida e de uma morte digna. Os pacientes do Colônia foram abandonados tanto em vida quanto em morte, expondo uma sociedade ignorante em relação aos transtornos mentais e à importância do acolhimento e cuidado humanizado desses indivíduos.

A movimentação da sociedade acerca dos abusos que ocorriam no Hospital Colônia, começou a ser delineada apenas a partir das fotografias reveladas pelo fotógrafo Luiz Alfredo, que ao registrar e publicar as imagens na revista *O Cruzeiro*, conseguiu levar a atenção do público e da classe política às tragédias ocorridas dentro do Colônia. Entretanto, apesar do reconhecimento das desumanidades, assim que “a notícia se abrandou” (2013, p.164), como diz Arbex, nenhuma mudança foi feita no sistema de “assistência” aos pacientes do hospício.

Apesar de o Hospital Colônia ter sido mantido por diversas autoridades e instituições, algumas figuras importantes foram contra o sistema. Entre elas, o psiquiatra Ronaldo Simões Coelho, chefe do Serviço Psiquiátrico da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) influenciado pelo filósofo francês Michel Foucault, denunciou os abusos cometidos dentro do hospício no III Congresso Mineiro de Psiquiatria. Entretanto, seu efeito gerou revolta na classe hospitalar. O médico perdeu seu emprego na Fundação, e, como descrito por Daniela, “a demissão de Simões foi o primeiro ato de perseguição aos que romperam a cultura do silêncio” (2013, p. 195).

Logo depois, outra perseguição começou a tomar forma. O médico Francisco Paes Barreto, ao ficar horrorizado com o que viu no Colônia em seu último ano da faculdade de medicina, produziu o artigo “Críticas ao hospital psiquiátrico”, que em 1979 foi reconhecido pela classe médica de uma forma negativa. O artigo foi citado no livro de Arbex (2013, p. 198) da seguinte forma: “o Conselho Regional de Medicina instaurou uma sindicância contra ele, sob acusação de ter infringido a ética médica após o artigo ter sido publicado, na íntegra pela grande imprensa”. A partir dessa publicação e outros acontecimentos, a história do Hospital Colônia de Barbacena e de seus pacientes começou a sofrer mudanças após a acolhida do Estado às primeiras manifestações em favor da reforma psiquiátrica em 1979.

Muitos dos pacientes do Colônia tiveram a chance de um “recomeço” graças à emissão de novos documentos pelo Ministério Público, que permitiu a inclusão de alguns no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Esse benefício, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) para pessoas com necessidades especiais, garante o direito de receber um salário-mínimo mensal. Além disso, os pacientes foram contemplados com a bolsa mensal de duzentos e quarenta reais do programa “De Volta para Casa”, implementado em 2003 pelo Ministério da Saúde por meio de uma lei federal. O objetivo dessa lei é regulamentar o auxílio-reabilitação

psicossocial para pacientes que permaneceram em instituições psiquiátricas de longa permanência.

Em suma, a história e a análise dos acontecimentos do Hospital Colônia de Barbacena revelam um cenário de negligência, exploração e grave violação de direitos humanos, perpetuado por décadas devido a interesses políticos, econômicos e sociais. A obra analisada evidencia os abusos e a desumanização sofridos pelos pacientes, destacando o papel fundamental das instituições e figuras de poder na sustentação das práticas desumanas realizadas no hospital. A influência das políticas higienistas, o uso do hospital como instrumento de controle social e político, e a exploração econômica dos pacientes, tanto em vida quanto após a morte, expõem a profunda fragilidade das estruturas de assistência psiquiátrica da época.

Embora algumas vozes opositoras tenham se manifestado contra o sistema, elas pouco impactaram frente à força das instituições de poder da época, o que retardou mudanças significativas. Apenas com o avanço da reforma psiquiátrica, iniciada em 1979, e a implementação de políticas de reabilitação social, como o programa “De Volta para Casa”, os sobreviventes puderam vislumbrar a possibilidade de reintegração à sociedade. A trajetória histórica do Hospital Colônia destaca a necessidade de um cuidado humanizado e de uma vigilância constante para prevenir que histórias semelhantes se repitam, reafirmando o compromisso com os direitos e a dignidade de todos os indivíduos.

### **3.2 Vozes e experiências de Barbacena: as vidas impactadas pelo hospital colônia**

Quase meio século após o fechamento dos portões do Colônia ainda ecoam as memórias de um sistema que tratou seus internos com extrema crueldade. Barbacena recebeu pessoas de todo o Brasil, vindos de diferentes vias e modos. Profissionais do sexo, filhas de figuras de poder que cometiam algum “desvio” relacionado à perda de sua virgindade e homossexuais foram algumas das vítimas confinadas no Colônia. Dessa forma, ao contrário do que muitos poderiam imaginar, grande parte dos residentes do hospital eram pessoas excluídas e consideradas indesejadas pela sociedade da época, e, não somente, pessoas com algum transtorno mental.

Dessa forma, no decorrer da escrita de Daniela, é possível observar que a vivência de um ambiente hostilizado e análogo aos campos de concentração começava desde o primeiro contato dos residentes com o local. Os recém-chegados eram levados para o setor de triagem, separados de acordo com gênero, idade e características físicas. Pertences, roupas e sapatos

eram entregues aos trabalhadores do local. Os pacientes eram despedidos e tomavam banhos coletivos para adentrarem no hospital, recebiam o uniforme “azulão” oferecido pelos funcionários, com um tecido incapaz de aquecer os indivíduos nos períodos de baixas temperaturas da cidade. Em um dos relatos apresentados no livro, Débora Aparecida Soares, filha de uma das funcionárias do hospital, conta que a cor azul se tornou “símbolo de medo” para ela, uma vez que remetia aos residentes e a tortura vivida por eles (Soares, 2013, p.19).

Ao adentrar no Colônia, indivíduos tornavam-se números, tinham suas intimidades violadas e suas identidades eram recolhidas não só em forma de documento, sendo apagadas em um ato cruel de despersonalização que ignorava e silenciava as histórias de vida de cada paciente. Nas palavras de Daniela, os residentes “Morriam de tudo — e, também, de invisibilidade”. Dessa forma, impactos psicológicos e emocionais em virtude da desumanização vividos pelos “pacientes” é um dos fardos carregados pelos sobreviventes do hospital.

Além dos evidentes prejuízos observados no contexto social, há consequências profundamente impactantes no desenvolvimento psicossocial dos jovens sobreviventes. A exposição a um ambiente hostil inibia o processo de amadurecimento, dificultando a formação plena dos indivíduos. Muitos apresentavam sérias limitações em atividades fundamentais para sua autonomia, como caminhar, se comunicar e realizar tarefas diárias, como o uso do banheiro, de forma independente. Assim, na tentativa de restauração social, a freira Mercês Hatem Osório, iniciou o projeto educacional “A Casa Amarela”, visando a prática de projetos e propostas alternativas na sociedade.

Segundo Arbex (2013), a realidade era tão cruel e desumana que Maria Auxiliadora, chamada pelas crianças de “enfermeirinha”, revela que pediu demissão pouco tempo depois de sua efetivação pelo fato de não aprovar o que testemunhava ser o tratamento oferecido pelo hospital. Ao longo do livro diversos relatos do dia a dia do local revelam como eram tratados os indivíduos, desde castigos por desobediência à medicalização de pacientes que não tinham necessidade de tratamento medicamentoso. Sônia Maria da Costa, paciente por mais de quarenta anos, conta que foi vítima de todos os tipos de agressões, eletrochoques, violações, injeções e castigos, entre eles banho de mergulho em uma banheira com fezes (Arbex, 2013). Sendo assim, além das marcas psicológicas do encarceramento, marcas físicas de maus-tratos foram deixadas na residente.

Sônia também relata que uma das maneiras encontrada pelas encarceradas que estavam grávidas de impedir que funcionários machucassem seus bebês ainda dentro da barriga era passando as próprias fezes no corpo, uma vez que devido a sujeira os trabalhadores não chegavam perto das residentes. Além de Sônia, outros 60 mil internos viveram os horrores em

Barbacena. A resistência e a sobrevivência dentro do hospital geraram forças e estratégias de resistência por parte dos internos, que buscavam entre eles próprios força para sobreviverem em conjunto aos horrores do hospital.

Sabendo de tal realidade, o psiquiatra Ronaldo Simões (2013, p.194), médico que nunca escondeu o horror sentido pelo Hospital de Barbacena, no final da década de 70, denunciou no III Congresso Mineiro de Psiquiatria, o que acontecia dentro do Colônia. O psiquiatra relata:

Lá, existe um psiquiatra para 400 doentes. Os alimentos são jogados em cochos, e os doídos avançam para comer. O que acontece no Colônia é a desumanidade, a crueldade planejada. No hospício, tira -se o caráter humano de uma pessoa, e ela deixa de ser gente. É permitido andar nu e comer bosta, mas é proibido o protesto qualquer que seja a sua forma. Seria de desejar que o Hospital Colônia morresse de velhice. (Arbex, 2013, p. 180)

Tais declarações fizeram com que o médico perdesse seu emprego no hospital em que trabalhava na época, reforçando como a alta patente da saúde não tinha interesse em revelar o que, de fato, acontecia dentro do hospital.

No livro, Daniela conta que mesmo após a extinção do hospital e a aprovação de leis a favor da humanização, outras instituições prevaleceram com os métodos manicomiais, como utilização de celas, instrumentos de contenção, locais impróprios e registros de mortes sem definição de causa. Dessa forma, tal acontecimento desperta o alerta para que mesmo após anos de luta ainda há reprodução do modelo manicomial. A persistência desses métodos demonstra a dificuldade da transição para um modelo mais humanizado, ainda marcado por práticas agressivas e de exclusão.

O Hospital Colônia de Barbacena marcou a vida de enfermeiros, médicos, familiares e, principalmente, daqueles que foram submetidos às barbaridades e crimes cometidos dentro da instituição. A herança devastadora deixada pelo hospital reflete ainda hoje na vida de todos que passaram pelo Colônia, sendo consequência de um sistema de saúde mental baseado em exclusão e marginalização. O hospício teve seus portões fechados em 1980, mas suas marcas perpassam por gerações e tornaram-se símbolo de exclusão, violência institucionalizada e negligência na saúde mental.

Em 2013, ano de lançamento do livro, segundo Daniela, havia cerca de 200 egressos do hospital vivos. Atualmente, muitos vivem em residências terapêuticas na cidade e arredores, em programas do sistema público de saúde, que ajudam esses indivíduos a terem uma vida digna após décadas de confinamento e desumanização. Dessa forma, ainda hoje a luta por justiça, reconhecimento e reintegração social para os sobreviventes permanece.

## 4 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo compreender as razões que influenciaram para a longevidade do Hospital Colônia de Barbacena, a partir da análise do livro *O Holocausto Brasileiro*, de Daniela Arbex. Os resultados obtidos a partir dessa investigação revelam que a negligência estatal no cuidado às pessoas em sofrimento mental, o estigma social em torno da loucura e a instrumentalização das instituições psiquiátricas como ferramentas de manobra política foram fatores determinantes para a manutenção de um sistema marcado por graves violações de direitos humanos que marcaram a história do hospital. Como foi possível observar, o higienismo, clientelismo político e a estigmatização da saúde mental mostraram-se profundamente entrelaçados na sustentação da lógica de exclusão que caracterizou o Colônia ao longo de décadas.

Essas contribuições são relevantes para colaborar nos estudos sobre a saúde mental no Brasil, pois faz um resgate à história dos hospitais psiquiátricos e das vítimas que tiveram suas vidas atravessadas por práticas desumanas e pela ausência de políticas públicas eficazes, assim tentando reparar as injustiças sofridas. Além disso, o estudo oferece uma oportunidade de refletir como as concepções sociais e estatais favoreceram para a institucionalização massiva de pessoas em instituições psiquiátricas, evidenciando a importância de estruturas de cuidado que sejam pautadas na dignidade e na garantia de direitos. Assim, ao reconstruir a trajetória do Hospital Colônia, este estudo busca fortalecer a memória coletiva sobre as violações ocorridas, tentando evitar o acontecimento de novas práticas desumanas direcionadas às pessoas que possuem transtornos mentais.

Apesar das contribuições apresentadas, o presente estudo concentra-se exclusivamente no Hospital Colônia de Barbacena, o que impede a generalização das conclusões encontradas para outros hospitais psiquiátricos da época. Sugere-se que pesquisas futuras explorem outros hospitais psiquiátricos semelhantes ao Hospital Colônia de Barbacena, como o citado hospício D. Pedro II, o Hospital Psiquiátrico do Juqueri, e no cenário mundial, por exemplo, o Bethlem Royal Hospital de Londres. Estudos comparativos entre essas instituições podem ampliar o entendimento sobre padrões históricos de tratamento e exclusão

Ademais, pesquisas que integrem depoimentos de sobreviventes, exames de prontuários médicos e análise de documentos institucionais têm potencial para aprofundar a compreensão sobre os mecanismos de exclusão e violência presentes nesses espaços. Espera-se, portanto, que este estudo ofereça uma base sólida para futuras investigações e aplicações na área da psicologia social e, conseqüentemente, da reforma psiquiátrica.

O Hospital Colônia de Barbacena, assim como outras instituições psiquiátricas possuem histórias que devem ser contadas. Os estigmas acerca da saúde mental interferiram e ainda interferem no cuidado direcionado às pessoas com transtornos mentais, já que a luta pelo reconhecimento e pela reintegração social ainda ocorre. Assim, revisar os acontecimentos nestes locais constrói uma memória social sobre o assunto, o que sustenta a responsabilidade coletiva de evitar que tais violências se repitam.

## REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BRASIL. FHEMIG – Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.fhemig.mg.gov.br/>

BRASIL. Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://laps.ensp.fiocruz.br/linha-do-tempo/46>

BRASIL. Lei n.º 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm)

FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 62-63.

HOLANDA, Daniela Arbex. Holocausto Brasileiro. Direção de Armando Mendz. Produção: HBO Latin America. Brasil, 2016. Documentário. Disponível em: <https://www.netflix.com>

JODELET, Denise. Loucura e Representações Sociais. Brasil: Editora Vozes, 2005.

NETO, Olegario da Costa Maya. Necropolítica da colonialidade no Brasil: segregação e desumanização no Hospital Colônia de Barbacena e na Cracolândia, em São Paulo. Meridional. Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos, n. 11, p. 149-177, 2018.

PÁDUA, Elisabete Maria de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 10. ed. Campinas: Papirus, 1997. p. 62.

QUADROS, Jânio. Redução da Assistência Psiquiátrica. Relatório Oficial da Presidência da República. Brasília: Imprensa Nacional, 1961.

SAMPAIO, Mariá Lanzotti; BISPO JÚNIOR, José Patrício. Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, p. e00313145, 2020.

FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Clássica. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018